

**Comissão Mista de Reavaliação de Informações****147ª Reunião Ordinária**

Decisão CMRI nº 338/2025/CMRI/CC/PR

NUP: 18883.000009-2025-54**Requerente: E. G. N.****Órgão: BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A.****RESUMO DO PEDIDO**

O cidadão solicitou o quantitativo de candidatos aprovados para o cargo de Especialista Técnico – Analista de Sistemas, Perfil 1 e Perfil 2, que foram contratados e, após o contrato, pediram desligamento. Solicitou incluir o nome do candidato, data de desligamento e o perfil dos respectivos cargos.

RESPOSTA DO ÓRGÃO REQUERIDO

O órgão respondeu que as informações referentes ao concurso público de 2022 podem ser acessadas em <https://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao/empregados/concurso-publico-de-2022>. Anexo à plataforma Fala.BR, o enviou a quantidade de aprovados e convocados para cargo de Especialista Técnico – Analista de Sistemas do Banco do Nordeste, totalizando 100 para o Perfil 1 e 77 para o Perfil 2. O BNB esclareceu que desligamentos não estão diretamente relacionados ao concurso público, e sim à gestão de pessoal do Banco. Ressaltou que a instituição não divulga informações de seus empregados, de forma a assegurar sua competitividade, respaldando-se nos termos do disposto no art. 7º, § 5º do Decreto nº 7.724/2012 e da Portaria Interministerial nº 233/2012.

RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA

O requerente entendeu, em relação ao Edital nº 1, de 22/09/2022, que os nomes dos funcionários contratados e posteriormente desligados não podem ser divulgados, mas que solicitou também o quantitativo desses funcionários, separado por perfil, e essa informação não foi disponibilizada.

RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA

O órgão reiterou que a informação solicitada não está diretamente relacionada ao concurso público, e sim à gestão de pessoal do BNB, não havendo obrigatoriedade de o Banco disponibilizar informações referentes aos seus empregados, nos termos do Decreto nº 7.724/2012 e da Portaria Interministerial nº 233/2012.

RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA

O requerente reiterou a manifestação do recurso em 1ª instância.

RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA

O órgão reiterou a resposta do recurso em 1ª instância.

RECURSO À CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

O requerente reiterou a manifestação dos recursos em 1ª e 2ª instâncias.

ANÁLISE DA CGU

A Controladoria observou que a solicitação do requerente se limita ao número total de desligamentos, sendo que os motivos das saídas são variados e não necessariamente indicam insatisfação com a empresa, podendo incluir novas oportunidades de mercado, decisões pessoais, mudanças de carreira, dentre outros. Dessa forma, com base nas respostas apresentadas pelo BNB, não há evidências de que a divulgação do quantitativo total de desligamentos, sem informações pessoais ou justificativas individuais, afetaria negativamente a posição estratégica do Banco. Assim, para compreender melhor as razões e as fundamentações para a negativa de acesso às informações, bem como os riscos existentes à competitividade e à governança corporativa no caso da disponibilização das informações pleiteadas, foram realizadas interlocução com o Banco por meio de mensagem eletrônica. Em resposta, o órgão reconsiderou a decisão e enviou ao e-mail do requerente cadastrado na Plataforma Fala.BR as informações solicitadas sobre o quantitativo de candidatos contratados para cargo de especialista técnico, analista de sistemas do BNB, Perfil 1 e Perfil 2 que, após o contrato, pediram desligamento, ensejando, assim, a perda do objeto do presente recurso.

DECISÃO DA CGU

A CGU decidiu pela perda do objeto do recurso visto que o BNB disponibilizou ao requerente, durante a instrução do recurso, as informações solicitadas, podendo declarar extinto o processo, pois foi exaurida a sua finalidade e o objeto da decisão se tornou inútil ou prejudicado por fato superveniente, nos termos do art. 52 da Lei nº 9.784/1999.

RECURSO À COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES (CMRI)

O requerente informou que não recebeu qualquer e-mail do BNB, até a interposição do recurso à CMRI (17/04/2025).

ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Recurso conhecido

ANÁLISE DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, o recurso cumpre os requisitos de legitimidade, cabimento, tempestividade e regularidade formal.

ANÁLISE DE MÉRITO DA CMRI

Extraí-se dos autos que, perante à CGU, o Banco reconsiderou a decisão e respondeu ter enviado e-mail ao requerente com o quantitativo de candidatos contratados para o cargo de Especialista Técnico – Analista de Sistemas, Perfil 1 e Perfil 2, que pediram desligamento após o contrato. No entanto, o cidadão buscou esta Comissão informando não ter recebido tal mensagem, segundo afirmado pelo órgão. Assim, para devida instrução processual, nos termos do § 2º do art. 17 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, foi realizada diligência solicitando ao BNB a comprovação de envio das informações ao e-mail do requerente, conforme cadastrado na Plataforma Fala.BR. Em resposta, o Banco reconheceu que houve equívoco no envio da resposta ao cidadão, pois verificou incorreção no e-mail de destino. Ao responder a interlocução à CMRI, o BNB comprovou novo envio em 04/06/2025, agora com o endereço corrigido, inclusive constando a confirmação de recebimento pelo requerente. Portanto, esta Comissão conclui pela perda de objeto do recurso em tela, visto que as informações solicitadas foram concedidas no curso da instrução processual.

MÉRITO DO RECURSO

Perda de objeto

art. 52, da Lei nº 9.784/1999

DECISÃO DA CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, nos termos da Ata da 147ª Reunião Ordinária, por unanimidade, decide pelo conhecimento do recurso e declara a extinção do processo, com fulcro no art. 52 da Lei nº 9.784/1999, em vista da perda de seu objeto e exaurimento de sua finalidade, já que as informações foram concedidas ao requerente durante a fase de instrução recursal.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado, Presidente Suplente da CMRI**, em 25/08/2025, às 20:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio de Andrade Lima, Chefe de Gabinete**, em 26/08/2025, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE MOURA PIRES VIEIRA, Usuário Externo**, em 27/08/2025, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Míriam Barbuda Fernandes Chaves, Usuário Externo**, em 27/08/2025, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO, Usuário Externo**, em 28/08/2025, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA registrado(a) civilmente como RONALDO, Usuário Externo**, em 28/08/2025, às 19:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis, Usuário Externo**, em 29/08/2025, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROCHA CYPRIANO, Usuário Externo**, em 01/09/2025, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILA DE MORAIS, Usuário Externo**, em 05/09/2025, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6923702** e o código CRC **AB58AA21** no site:
https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
